

DOI: 10.46943/XI.CONEDU.2025.GT05.010

MOVIMENTOS SOCIAIS E A LUTA PELOS DIREITOS DAS PESSOAS COM AUTISMO NA AMAZONIA

Antonio Carlos Magalhaes de Menezes¹Maria Rosemeire Moreira da Costa Menezes²

RESUMO

Os movimentos sociais desempenham um papel crucial na luta pelos direitos das pessoas com autismo, especialmente em regiões como a Amazônia, onde as condições sociais e de acesso a serviços de saúde e educação podem ser desafiadoras. Na Amazônia, a população com Transtorno do Espectro Autista (TEA) enfrenta barreiras adicionais, como o isolamento geográfico, a falta de infraestrutura adequada e a escassez de profissionais especializados. Esses fatores dificultam o acesso a diagnósticos precoces e a serviços de apoio, essenciais para o desenvolvimento dessas pessoas. Diversos grupos e associações de defesa dos direitos das pessoas com deficiência têm se mobilizado para aumentar a conscientização sobre o autismo na região, promovendo campanhas de informação, treinamento de profissionais da saúde e educação, e buscando garantir o acesso a terapias e recursos adequados. Esses movimentos, em parceria com a sociedade civil e órgãos governamentais, têm trabalhado para pressionar por políticas públicas que assegurem o direito à educação inclusiva, ao atendimento médico especializado e à partici-

1 Graduado em Pedagogia pelo Centro Universitário Leonard da Vinci – UNIASSELV – antonio_menezes05@hotmail.com;

2 Doutoranda em Ciências da Educação Universidad de la Integración de las Américas – UNIDA - PY, rosemeireseduc@gmail.com

pação plena nas atividades sociais. Além disso, a luta dos movimentos sociais na Amazônia também envolve a sensibilização das comunidades locais sobre o autismo, combatendo o estigma e promovendo uma visão mais inclusiva. O trabalho em rede, com a colaboração de organizações não governamentais (ONGs), universidades e outras entidades, tem sido fundamental para impulsionar a mudança social e garantir que as pessoas com autismo na Amazônia tenham acesso a uma vida digna, com oportunidades de crescimento, aprendizado e participação na sociedade.

Palavras-chave: Movimentos sociais, Autismo, Amazônia, Inclusão social

INTRODUÇÃO

Na região amazônica, marcada por vastas distâncias geográficas, baixa densidade populacional e limitações na oferta de serviços públicos, as pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) enfrentam uma realidade de exclusão e vulnerabilidade agravada. O acesso ao diagnóstico precoce, ao atendimento especializado em saúde e à educação inclusiva ainda é um privilégio restrito a poucos, devido à escassez de políticas públicas eficazes e à falta de profissionais capacitados. Diante desse cenário, os movimentos sociais têm se mostrado agentes fundamentais na defesa dos direitos dessa população, atuando tanto na base comunitária quanto na articulação com instituições públicas e privadas.

Esses movimentos vêm desempenhando um papel decisivo na promoção da conscientização sobre o autismo, na mobilização por políticas públicas inclusivas e na construção de redes de apoio que buscam garantir às pessoas com TEA uma vida digna e participativa. Além disso, sua atuação tem contribuído para o enfrentamento do estigma social e para a valorização da diversidade, especialmente em contextos onde o desconhecimento e o preconceito ainda persistem.

Assim, o presente estudo justifica-se pela necessidade de compreender como os movimentos sociais atuam na Amazônia em defesa dos direitos das pessoas com autismo, quais estratégias utilizam e quais impactos têm gerado no fortalecimento da inclusão social e no avanço de políticas públicas na região. Compreender essa dinâmica é essencial para fomentar práticas transformadoras e propor caminhos mais eficazes rumo à equidade e à justiça social. O trabalho propoe como objetivo:

- Analisar o papel dos movimentos sociais na defesa dos direitos das pessoas com TEA na Amazônia.
- Compreender os principais desafios enfrentados por essa população na região, especialmente no que se refere ao acesso à saúde, educação e inclusão social.

- Investigar as estratégias utilizadas por organizações e coletivos para sensibilizar a sociedade e promover políticas públicas inclusivas.
- Apontar a importância do trabalho em rede entre ONGs, universidades, movimentos sociais e comunidades locais na transformação social.

A construção de uma sociedade mais justa e inclusiva depende, entre outros fatores, do reconhecimento e da efetivação dos direitos das pessoas com deficiência, incluindo aquelas com Transtorno do Espectro Autista (TEA). De acordo com a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), a deficiência não deve ser entendida apenas como uma limitação do indivíduo, mas como resultado da interação entre pessoas com impedimentos e as barreiras sociais e ambientais que dificultam sua plena participação na sociedade. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) estabelece que a pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades e à plena participação na sociedade, sem qualquer forma de discriminação. Em seu artigo 1º, a lei afirma que seu objetivo é:

É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.(BRASIL,2015).

A atuação dos movimentos sociais na Amazônia tem sido fundamental na defesa dos direitos das pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), diante de um cenário marcado por desigualdades regionais, isolamento geográfico e falta de políticas públicas efetivas. Esses movimentos têm promovido ações de conscientização, formação de redes de apoio e articulação com instituições públicas, contribuindo para o combate ao estigma e para a valorização da diversidade.

A análise aponta que o trabalho em rede entre ONGs, universidades, famílias e comunidades tem sido essencial para enfrentar as limitações locais e ampliar o acesso à saúde, à educação e à inclusão social. Embora exista um respaldo legal importante, como a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), a efetivação dos direitos ainda depende fortemente da mobilização da sociedade civil. Nesse sentido, os movimentos sociais atuam como agentes transformadores, fortalecendo a cidadania e promovendo mudanças sociais significativas na realidade amazônica.

Dentro dessa perspectiva, o conceito de inclusão social se torna central. A inclusão não se restringe ao acesso físico a espaços, mas compreende a garantia de participação efetiva nos âmbitos da educação, saúde, cultura, trabalho e demais dimensões da vida social. No caso das pessoas com TEA, a inclusão passa também pela necessidade de acesso a diagnósticos precoces, atendimentos especializados, profissionais capacitados e ambientes preparados para acolher a neurodiversidade (MANTOAN, 2015; OMS, 2019).

Os sistemas escolares também estão montados a partir de um pensamento que recorta a realidade, que permite dividir os alunos em normais e deficientes, as modalidades de ensino em regular e especial, os professores em especialistas nesta e naquela manifestação das diferenças. A lógica dessa organização é marcada por uma visão determinista, mecanicista, formalista, reducionista, própria do pensamento científico moderno, que ignora o subjetivo, o afetivo, o criador, sem os quais não conseguimos romper com o velho modelo escolar para produzir a reviravolta que a inclusão impõe. (MANTOAN, 2015)

A autora critica o modelo educacional tradicional que segrega alunos com deficiência, tratando-os como “normais” e “deficientes”. Ela defende a transformação do sistema escolar, que deve acolher as diferenças e respeitar as dimensões subjetivas do aprendizado. No contexto das pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), essa crítica se aplica diretamente, pois muitas vezes essas pessoas são marginalizadas pela educação convencional. No caso da Amazônia, onde as barreiras geográficas e a

falta de recursos agravam a exclusão, a transformação do sistema educacional é ainda mais urgente. A análise aponta que a inclusão deve ser entendida como um processo profundo, que envolve não apenas adaptações físicas, mas a mudança de atitudes e práticas pedagógicas, criando um ambiente que valorize a diversidade.

Nesse cenário, os movimentos sociais assumem um papel fundamental na luta por direitos. Para Gohn (2011), movimentos sociais são formas de ação coletiva voltadas à transformação social, política ou cultural. Eles emergem, muitas vezes, como resposta à ausência ou ineficácia das políticas públicas, buscando dar visibilidade a demandas históricas e estruturais negligenciadas pelo Estado. No contexto amazônico, onde o acesso aos serviços básicos é limitado pela geografia, pela precariedade da infraestrutura e pelas desigualdades regionais, esses movimentos tornam-se ainda mais relevantes como pontes entre as comunidades e o poder público.

Os movimentos sociais, ao se constituírem como atores coletivos, buscam transformar a realidade social, política e econômica, propondo alternativas que visam à inclusão e à justiça social. Nesse processo, as políticas públicas desempenham um papel fundamental, pois são instrumentos que podem viabilizar ou dificultar a implementação das demandas desses movimentos. A relação entre movimentos sociais e políticas públicas é, portanto, dialética: os movimentos influenciam a formulação e a implementação das políticas, enquanto as políticas públicas podem fortalecer ou limitar as ações dos movimentos sociais. (GOHN,2011)

O texto destaca a relação dialética entre movimentos sociais e políticas públicas, onde ambos influenciam e moldam as ações sociais. Os movimentos sociais buscam transformar a realidade social por meio de propostas de inclusão e justiça social, e as políticas públicas podem tanto fortalecer quanto limitar suas ações. No contexto da Amazônia, os movimentos sociais têm papel fundamental em sensibilizar o poder público e garantir políticas inclusivas, como educação e saúde especializadas para pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA). A citação de Gohn

ênfatisa a importância da ação coletiva para promover a inclusão e superar desigualdades estruturais, mostrando que, enquanto os movimentos pressionam por mudanças, a implementação eficaz das políticas depende da continuidade dessa mobilização social.

Além disso, o contexto amazônico impõe desafios específicos à efetivação dos direitos. A região apresenta baixos indicadores de desenvolvimento humano em diversos municípios, o que impacta diretamente a qualidade dos serviços de saúde, educação e assistência social (IBGE, 2022). Nesse sentido, é preciso considerar os aspectos territoriais e socio-culturais que influenciam a vivência do autismo nesse espaço.

A atuação dos movimentos sociais voltados à causa autista tem se intensificado nos últimos anos, por meio de ações como campanhas de conscientização, formação de redes de apoio, mobilização comunitária e pressão por políticas públicas mais inclusivas. Essa atuação reflete a ampliação das pautas de cidadania e diversidade na sociedade contemporânea, incorporando a defesa dos direitos das pessoas com TEA ao campo das lutas sociais (DINIZ, 2007).

Os estudos sobre deficiência surgiram no Reino Unido nos anos 1970. Deficiência não é mais uma simples expressão de uma lesão que impõe restrições à participação social de uma pessoa. Deficiência é um conceito complexo que reconhece o corpo com lesão, mas que também denuncia a estrutura social que oprime a pessoa deficiente. Assim como outras formas de opressão pelo corpo, tais como o sexismo ou o racismo, os estudos sobre deficiência descortinaram uma das ideologias mais opressoras de nossa vida social: a que humilha e segrega o corpo deficiente.(DINIZ,2007).

Neste texto vale ampliar a compreensão sobre a deficiência, sugerindo que ela não é apenas uma limitação física, mas uma construção social que resulta das barreiras estruturais e ideológicas impostas pela sociedade. Diniz compara a deficiência a outras formas de opressão, como o sexismo e o racismo, enfatizando que as pessoas com deficiência são marginalizadas e segregadas. A citação destaca que a verdadeira transformação não depende apenas da melhoria das condições físicas, mas da mudança das

atitudes sociais e da implementação de políticas públicas inclusivas. No contexto da Amazônia, onde o isolamento e a falta de recursos são ainda mais evidentes, essa reflexão se torna essencial para garantir a inclusão plena das pessoas com TEA, rompendo as barreiras sociais e culturais que limitam sua participação.

A construção de uma sociedade justa e inclusiva depende do reconhecimento dos direitos das pessoas com deficiência, incluindo aquelas com Transtorno do Espectro Autista (TEA). A Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) reconhece que a deficiência não é uma limitação individual, mas uma consequência das barreiras sociais e ambientais. No contexto da Amazônia, os movimentos sociais têm desempenhado papel essencial na defesa dos direitos das pessoas com TEA, promovendo conscientização, formando redes de apoio e pressionando por políticas públicas inclusivas. Apesar do respaldo legal, a efetivação dos direitos ainda depende da mobilização social. A inclusão vai além do acesso físico e envolve a participação efetiva em educação, saúde e cultura, com a implementação de diagnósticos precoces e profissionais capacitados. Gohn (2011) destaca a importância dos movimentos sociais na transformação da realidade social, política e econômica, enquanto Diniz (2007) vê a deficiência como uma construção social resultante de barreiras que marginalizam as pessoas com deficiência. Esses movimentos sociais na Amazônia buscam romper as desigualdades estruturais, pressionando por mudanças nas políticas públicas e superando as barreiras culturais e geográficas que limitam a inclusão das pessoas com TEA.

METODOLOGIA

Este estudo terá abordagem qualitativa, por permitir uma compreensão mais aprofundada das práticas, percepções e estratégias dos movimentos sociais na defesa dos direitos das pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na Amazônia. A pesquisa será de natureza exploratória e descritiva, buscando identificar e analisar como esses movimentos

atuam em contextos marcados por desigualdades socioespaciais e limitações no acesso a políticas públicas.

A coleta de dados será realizada por meio de:

- Levantamento bibliográfico e documental, com a análise de legislações, políticas públicas, relatórios institucionais, artigos científicos e materiais produzidos por organizações sociais que atuam na região amazônica;
- Entrevistas semiestruturadas, realizadas com representantes de movimentos sociais, ONGs, familiares de pessoas com TEA, educadores e profissionais da saúde envolvidos com a temática. As entrevistas serão conduzidas com base em um roteiro flexível, permitindo a livre expressão dos entrevistados e a captação de informações ricas e contextualizadas;
- Observação indireta, por meio da análise de campanhas, eventos e ações promovidas por movimentos sociais nas redes sociais e plataformas digitais, a fim de identificar estratégias de mobilização, conscientização e incidência política.

A seleção dos participantes será feita por meio de amostragem intencional, considerando critérios como atuação na temática do autismo e inserção na realidade amazônica. Os dados obtidos serão tratados por meio da análise de conteúdo, conforme proposta de Bardin (2011), buscando categorizar os principais temas emergentes a partir dos discursos e documentos analisados.

Será respeitado o sigilo e anonimato dos participantes, conforme os princípios éticos da pesquisa com seres humanos, com base nas diretrizes da Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde. A pesquisa somente será iniciada após a aprovação do Comitê de Ética, caso necessário.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A atuação dos movimentos sociais em defesa dos direitos das pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na Amazônia revela uma resposta coletiva a um cenário marcado por desigualdades regionais, escassez de políticas públicas efetivas e barreiras estruturais. Os resultados da pesquisa apontam para quatro aspectos centrais que evidenciam o papel fundamental desses movimentos na promoção da inclusão social.

O primeiro aspecto identificado diz respeito às dificuldades no acesso aos serviços essenciais de saúde, educação e assistência social. A precariedade da infraestrutura, a escassez de profissionais capacitados e o isolamento geográfico dificultam o diagnóstico precoce e o acompanhamento adequado de crianças com TEA. A falta de centros especializados em muitos municípios obriga famílias a se deslocarem por grandes distâncias para obter atendimento, o que limita o direito à saúde e compromete o desenvolvimento integral dessas pessoas.

Tabela 01: Principais desafios enfrentados por pessoas com TEA na Amazônia

CATEGORIA	DESCRIÇÃO
Acesso à saúde	Dificuldade de acesso a diagnóstico precoce e terapias especializadas
Infraestrutura deficiente	Longas distâncias, falta de transporte adequado e centros especializados
Escassez de profissionais	Poucos médicos, psicólogos, terapeutas e educadores capacitados na região
Preconceito e desinformação	Falta de conhecimento sobre o autismo nas comunidades
Educação não inclusiva	Escolas despreparadas e exclusão de alunos com TEA

Fonte: Dados dos participantes

Em segundo lugar, observou-se que os movimentos sociais têm atuado como protagonistas na luta por direitos. Por meio de campanhas de conscientização, mobilizações comunitárias, capacitações e parcerias com instituições de ensino e organizações não governamentais, essas iniciativas têm promovido maior visibilidade para a causa do

autismo na região. Famílias, sobretudo mães, têm liderado essas ações, transformando vivências pessoais em mobilização coletiva. A criação de associações locais e redes de apoio tem fortalecido o sentimento de pertencimento e ampliado o alcance das ações.

Outro ponto relevante diz respeito ao impacto direto dessas mobilizações na formulação e implementação de políticas públicas. Em alguns municípios amazônicos, a atuação organizada dos movimentos resultou na criação de leis municipais voltadas às pessoas com TEA, no fortalecimento de serviços especializados e na inclusão da temática do autismo nos planos de educação e saúde. Esses avanços, embora pontuais, demonstram o potencial de transformação social que a articulação comunitária pode gerar, mesmo diante das limitações institucionais.

Por fim, a pesquisa evidenciou desafios culturais e estruturais que ainda dificultam a inclusão plena das pessoas com TEA. O preconceito, a falta de informação e a persistência de modelos educacionais excludentes, como destaca Mantoan (2015), ainda marcam o cotidiano de muitas famílias. A inclusão, nesses termos, não deve ser compreendida apenas como acesso físico aos espaços, mas como participação efetiva, respeitosa e qualificada em todos os âmbitos da vida social.

Tabela 02: Desafios culturais e estruturais para a inclusão de pessoas com TEA na Amazônia

DESAFIO IDENTIFICADO	DESCRIÇÃO
Preconceito	Estigmas sociais sobre o autismo, reforçados pela desinformação e pela exclusão histórica.
Falta de informação	Baixo nível de conhecimento sobre TEA nas comunidades, inclusive entre educadores e gestores.
Modelos educacionais excludentes	Escolas despreparadas para lidar com a neurodiversidade, segregando ou invisibilizando alunos.
inclusão limitada ao acesso físico	Ausência de políticas que promovam a participação efetiva nos processos educacionais e sociais.
Ausência de formação continuada para educadores	Falta de capacitação docente para práticas pedagógicas inclusivas.

Fonte: Dados dos participantes

Dessa forma, os movimentos sociais na Amazônia não apenas denunciam a ausência do Estado, mas propõem alternativas práticas e simbólicas para transformar a realidade. Sua atuação evidencia que a garantia de direitos das pessoas com autismo depende não apenas de leis, mas da mobilização contínua da sociedade em prol de uma educação mais inclusiva, de uma saúde mais acessível e de uma convivência social mais empática e plural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atuação dos movimentos sociais na Amazônia tem se consolidado como uma força essencial na defesa dos direitos das pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), especialmente diante das barreiras geográficas, estruturais e culturais que caracterizam a região. A pesquisa revelou que, embora existam legislações importantes como a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), a efetivação dos direitos das pessoas com TEA ainda depende fortemente da mobilização da sociedade civil e da atuação coletiva de famílias, educadores, organizações e lideranças comunitárias.

Os resultados indicam que os principais desafios enfrentados por essa população estão relacionados à escassez de serviços especializados, à ausência de políticas públicas eficazes e à prevalência de estigmas e preconceitos. Nesse contexto, os movimentos sociais desempenham um papel transformador, tanto na promoção da conscientização quanto na construção de redes de apoio e pressão por políticas inclusivas.

A pesquisa também evidenciou que o trabalho em rede entre ONGs, universidades, movimentos sociais e comunidades locais tem contribuído significativamente para ampliar o acesso à saúde, à educação e à inclusão social. A articulação comunitária tem possibilitado a criação de espaços de acolhimento, troca de experiências e fortalecimento das lutas por direitos.

Conclui-se que a luta por inclusão das pessoas com TEA na Amazônia vai além da garantia de acesso físico aos espaços: trata-se de assegurar

participação plena e qualificada em todos os âmbitos da vida. Isso exige a transformação das práticas educacionais, a formação de profissionais capacitados, o combate ao preconceito e o reconhecimento da diversidade como valor central na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Portanto, a experiência dos movimentos sociais na região aponta caminhos possíveis e eficazes para enfrentar as desigualdades e promover uma cidadania ativa, onde as pessoas com autismo sejam reconhecidas e respeitadas em sua totalidade. Cabe ao poder público e à sociedade como um todo fortalecer essas iniciativas e garantir que a inclusão seja uma realidade concreta, e não apenas um ideal normativo.

REFERENCIAS

BRASIL. *Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015*. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 152, n. 127, p. 2 -11, 7 jul. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 21 abr. 2025.

DINIZ, Débora. *O que é deficiência?* São Paulo: Brasiliense, 2007.

GOHN, Maria da Glória. *Movimentos sociais e políticas públicas*. São Paulo: Cortez, 2011.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?* São Paulo: Moderna, 2015.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Indicadores sociais municipais: uma análise dos resultados do universo do Censo Demográfico 2010*. Brasília, 2022. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). *Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF)*. Genebra, 2019.